

FORMA VS. FUNÇÃO NA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA:
DEBATES E ‘RETÓRICA’ DE RUPTURA – UMA INTERPRETAÇÃO PELA
HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA

FORM VS. FUNCTION IN THE HISTORY OF BRAZILIAN LINGUISTICS:
DEBATES AND ‘RHETORIC’ OF RUPTURE - AN INTERPRETATION FROM
THE PERSPECTIVE OF LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY

Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
ronaldo.obatista@gmail.com

RESUMO: Por meio de uma historiografia que privilegia a ‘retórica’ de linguistas como elemento indicial de movimentos de ruptura ou continuidade na produção e difusão de ideias linguísticas, este artigo analisa um episódio da linguística brasileira das décadas de 1980 e 1990, quando se colocou em debate as perspectivas formalista e funcionalista. A partir de um ‘quadro sócio-retórico’ de análise, que define diretrizes teórico-metodológicas desta proposta, toma-se como *corpus* um debate veiculado no periódico *DELTA*, considerado como nosso documento histórico de análise. O trabalho apresenta algumas considerações sobre o que se entende como ‘retórica’ em Historiografia da Linguística e o tratamento historiográfico desse momento no qual linguistas, em busca da legitimação social e institucional de saberes, se colocaram em posição de ruptura, por meio da elaboração textual-discursiva dos textos que escreveram para o periódico.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Quadro Sócio-Retórico, Retórica, Linguística Brasileira

ABSTRACT: Under a historiography that considers ‘rhetoric’ as an indexical element, or pointer of rupture or continuity movements in linguistic ideas production and dissemination, this article analyzes an episode in Brazilian linguistics in the 80s to 90s, when there was a debate on formalist and functionalist perspectives. From a ‘socio-rhetorical framework’ analysis, which defines this proposal theoretical-methodological guidelines, the corpus will be a debate that took place in the journal *DELTA*. This work presents some considerations on how Historiography of Linguistics understands ‘rhetoric’ and a historiographic treatment of that moment, in which linguists, searching for social and

institutional legitimation of knowledge, positioned themselves as marking a rupture, using textual-discursive elaboration on their published texts.

KEYWORDS: Historiography of Linguistics, Socio-Rhetorical Framework, Rhetoric, Brazilian Linguistics

Introdução

Por meio da Historiografia da Linguística, propõe-se uma análise a partir de um ‘quadro sócio-retórico’¹ (cf. BATISTA, 2015, 2016), para o qual discursos científicos sobre a linguagem apresentam padrões que caracterizam modos de interlocução e sua circunscrição histórico-social. Interessa, portanto, (i) problematizar a história da linguística pela compreensão dos processos sociais de legitimação de saberes, (ii) analisar recursos linguísticos utilizados na elaboração de ‘retóricas’, (iii) interpretar saberes e o discurso que veicula esses saberes em sua circunscrição histórica, social e ideológica. Entende-se que o objeto de análise estabelecido por esse quadro são as ‘retóricas’ (cf. BATISTA, 2015) dos linguistas – manifestações discursivas em defesa de continuidade (que pode também se associar a acréscimo ou refinamento de uma proposta de investigação) ou descontinuidade (rupturas que, ao mesmo tempo, em outro ponto de vista, podem ser consideradas continuidade pelas relações que estabelecem na corrente histórica).

Em termos de procedimentos metodológicos, pela observação de elementos textuais e sociais da ‘retórica’ adotada² por ‘agentes’³ da produção e recepção do conhecimento, serão considerados focos de observação: a) o contexto histórico-social de produção do *corpus* (aqui, os artigos veiculados no periódico *DELTA*, considerados como nosso documento histórico); b) o público-receptor

¹ As aspas simples indicam que termos devem ser compreendidos como parte da metalinguagem da área da Historiografia da Linguística. Para uma introdução a esse campo de pesquisa, ver BATISTA (2013).

² Não se considera aqui a ‘retórica’ como um parâmetro apenas externo de análise, pois os modos enunciativos estão impressos na materialidade textual dos documentos históricos, ao mesmo tempo em que evidenciam a relação que estabelecem com fatores de configuração social. Nesse sentido, a ‘retórica’, como objeto de análise, pode evidenciar a relação histórica entre ‘programas de investigação’ e ‘grupos de especialidade’.

³ ‘Agentes’ são considerados como os autores (filósofos, cientistas, gramáticos) que em determinado recorte histórico propuseram ideias sobre a linguagem humana.

e os modos de divulgação de saberes;⁴ c) o *ethos* e o tom dos enunciadores e receptores do documento e das imagens simbólicas dos sujeitos discursivos; d) as vozes que se deixam entrever na ‘retórica’ de ‘agentes’ produtores e receptores de conhecimento; e) os recursos argumentativos que sustentam e categorizam a ‘retórica’ adotada; f) a materialidade textual da ‘retórica’⁵.

Na sequência deste artigo, esses focos serão analisados em nosso *corpus*: um debate, composto por três artigos, no qual linguistas brasileiros se colocaram em posição de ruptura científica. O momento a ser considerado são as décadas de 1980 e 1990, quando linguistas em posição de controvérsia trouxeram para o centro da discussão a oposição entre formalismo e funcionalismo.

1. Forma e função na linguística brasileira: o debate e sua inserção histórica e social

Os instantes finais da década de 1980 na linguística brasileira presenciaram a profissionalização de fato de um campo que se configurou, desde os seus primeiros momentos de institucionalização, como um espaço de pluralidade teórica e metodológica (como, aliás, é a natureza da ciência da linguagem, pela visão de pesquisadores em epistemologia da linguística), cindido em diferentes ‘grupos de especialidade’⁶, com pesquisadores e docentes buscando

⁴ Batista (2015, 2016) aponta elementos externos que podem fazer parte do quadro de observação dos itens (a) e (b): ‘clima de opinião’ em que ‘programas de investigação’ são propostos; formação de ‘grupos de especialidade’; círculos de interlocução; modos de comunicação e divulgação de saberes; institucionalização do conhecimento; recepção que saberes obtiveram em meio ao processo de desenvolvimento dos estudos da linguagem; demandas sociais que incidem sobre a materialidade textual.

⁵ Batista (2015, 2016) indica uma série de elementos de natureza linguística que podem ser levados em conta nessa análise: temas e conteúdos proposicionais; seleções lexicais, construções sintático-semânticas, atos de fala; processos de sequencialização e referencialização que instauram objetos de discurso; modalizações; pressupostos e subentendidos; estilos de escrita.

⁶ Tradução comumente empregada em trabalhos em língua portuguesa para se referir ao conceito de *theory groups*, cunhado por Murray (1994) para fazer referência a congregações de pesquisadores e intelectuais que se reconhecem como parte de uma mesma comunidade, que compartilha de mesmas ideias e mesmos referenciais teóricos para o tratamento de materiais de análise.

legitimação de suas práticas de ensino e pesquisa⁷. Diferentes ‘programas de investigação’⁸ em torno de propostas teóricas específicas se circunscreveram em contextos histórico-sociais que garantiram, até certa medida, uma dimensão social de atuação para os linguistas que procuraram, na herança de pioneiros ainda na primeira metade do século XX e dos primeiros linguistas profissionais nas décadas de 1960 e 1970, estabelecer uma área de pesquisa de estudos sobre línguas e linguagem no panorama científico brasileiro⁹.

Um contexto intelectual e científico no qual a linguística brasileira começou a formatar seus contornos e se viu embalada, entre outros aspectos, no ritmo da receptividade de diferentes pressupostos teórico-metodológicos¹⁰ e da oposição entre grupos que não cessaram de buscar legitimidade e reconhecimento, como próprio da prática científica quando observada a partir de parâmetros que identificam na ciência o componente humano que muitas vezes se mascara em ideais de objetividade e imparcialidade.

A diversidade de propostas teórico-metodológicas, entre outros fatores, relaciona-se com o fato de que o pensamento linguístico brasileiro pode ser caracterizado, pelo bem e pelo mal, por uma recepção e uma adaptação de ideias advindas daqueles que são considerados centros de produção em teoria

⁷ “Daí que uma nossa primeira observação é de que não podemos olhar a produção linguística brasileira dessa época como se essa tivesse uma uniformidade. Não há tampouco como organizar essa produção por autores, por instituições ou por publicações, etc. Uma segunda observação é que podemos dizer que a relação entre formalismo e funcionalismo não é estrita. Autores diferentes pertencem a tendências diferentes mas um mesmo autor pode ter sua produção repartida entre as duas. Há, além disso, autores que apresentam em seus trabalhos toda uma gama do desenvolvimento da linguística: tradicional, estrutural, gerativa, etc.” (ORLANDI, 2008, p. 149)

⁸ Entende-se por ‘programa de investigação’ diferentes projetos teórico-metodológicos em torno do objeto língua e linguagem. O termo é utilizado no sentido empregado por Swiggers (1981).

⁹ “[...] 1988 encerra o primeiro quarto de século da institucionalização da Linguística no cenário acadêmico brasileiro embora, na verdade, enquanto campo autônomo de ensino e pesquisa, só tenha definido seu perfil de fato alguns anos depois da sua implantação como disciplina acadêmica, em 1962.” (ALTMAN, 1998, p. 269)

¹⁰ “A proliferação de artigos de tipo programático na década de setenta indica o alto grau de diversificação teórica e metodológica buscado entre os linguistas brasileiros do período. Tal característica, definida muitas vezes como o ‘ecletismo’ da Linguística Brasileira, se confirma pelas frequentes citações de linguistas estrangeiros num mesmo artigo, pela redução das teorias adotadas a seus aparatos descritivos, ou às suas nomenclaturas e, principalmente, pela produção de resultados parciais, fragmentados, que não suscitaram continuidade em termos de pesquisa.” (ALTMAN, 1998, p. 280)

linguística, notadamente países considerados como desenvolvidos na organização social e política mundial¹¹.

A efervescência científica desse momento se viu reproduzida nas páginas dos periódicos das áreas de letras e linguística. Foram nas páginas de artigos, os quais por sua natureza nascem legitimados intelectual e cientificamente, considerando o processo de publicação em periódicos científicos, que muitos dos movimentos de unificação e diversificação, nos termos e nas avaliações de Altman (1998), concretizaram-se na linguística brasileira.

Um desses movimentos foi a tensão entre as perspectivas formal e funcional de tratamento da linguagem. Tal qual já havia ocorrido em outros momentos da história da linguística (cf. BORGES Neto 2004; ORLANDI 2008), a polarização forma vs. função se reproduziu no Brasil com tintas e cores semelhantes, com o intervalo temporal que se pode reconhecer como típico em situações de recepção de ideias e práticas científicas. Em uma possibilidade de interpretação não sem polêmica, uma parte do que se pode compreender como linguística brasileira teria herdado não só pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos, mas também conflitos, rupturas e dissensões.

O cerne da polêmica forma vs. função estabeleceu configuração de ruptura entre 'grupos de especialidade' que defenderam seus pontos de vista em torno de 'programas de investigação' de base formalista ou funcionalista – que, como ressaltaremos adiante, não podem ser considerados, pelo menos histórica e epistemologicamente, de maneira tão oposta como muitas vezes os linguistas pretendem quando defendem seus pontos de vista.

Formalismo e funcionalismo podem ser caracterizados em linhas gerais a partir da conhecida e recorrente perspectiva de oposição presente em manuais e livros introdutórios de linguística, retomando visões dicotômicas, propostas, por exemplo, por Dik, nome central do programa funcionalista, no texto "Some

¹¹ "Eu acho que nós somos uma mistura que se reflete também na ciência que fazemos. Se a mistura nos traz uma vantagem é o fato de podermos olhar para muitas linhas teóricas, ter acesso a elas. Mas ao mesmo tempo não conseguimos efetuar uma síntese porque também não sabemos como aplicar isso para nós, ou melhor, nós aplicamos muito parcialmente e acabamos por reproduzir de maneira aberrante as discussões e brigas teóricas que acontecem lá fora. Acabamos num movimento contraditório ou no mínimo confuso: queremos aplicar para nós o que aprendemos fora mas também queremos que tal aplicação nos dê um espaço lá fora. E aí terminamos por contribuir para linhas de investigação que muitas vezes estão desvinculadas da realidade em que vivemos, no sentido de que não resolvemos nossos problemas nem conseguimos o 'almejado' reconhecimento." (Intervenção de Maria Victória Rébora, da USP, em discussão realizada no Instituto de Estudos Avançados da USP em 2001, cf. RÉBORA e PESSOA Jr. (org.), 2001, p. 67.)

Principles of Functional Grammar” de 1987, e por Halliday, um dos fundadores de uma vertente da Gramática Funcional, em 1985 no manual *An Introduction to Functional Grammar*.

A polarização tão bem estabelecida historicamente encontrou formulação mais tensa em debates travados por linguistas em artigos publicados na revista *DELTA, Documentação em Estudos Linguísticos Teóricos e Aplicados*.

Examina-se aqui um momento de ruptura, na história da linguística brasileira, com início em 1989, na revista *DELTA*, quando os linguistas Sebastião Votre e Anthony Julius Naro (ambos, na época, vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos pólos iniciais de produção em Gramática Funcional) publicaram, em defesa do ‘programa de investigação’ funcionalista, o artigo “Mecanismos funcionais do uso da língua”, no qual afirmavam ser formalismo e funcionalismo programas divergentes e excludentes, exigindo, assim, uma escolha teórica e metodológica por parte do linguista. Em resposta, Milton do Nascimento (vinculado na época à Universidade Federal de Minas Gerais), posicionando-se em ‘grupo de especialidade’ gerativista, em 1990 escreveu “Teoria Gramatical e ‘Mecanismos funcionais do uso da língua’”; texto no qual não concordava com a perspectiva de Votre & Naro (1989), pois partia do princípio de que os dois ‘programas de investigação’ tratariam, na verdade, de objetos diferentes, não podendo, portanto, ser vistos pela ótica estabelecida pelo texto dos funcionalistas. Encerrando o debate, Naro & Votre responderam a Nascimento em texto de 1992, “Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma”, reforçando de modo enfático o posicionamento assumido em 1989.

Quadro I: Material de análise

Autores	Artigos
Sebastião Votre Anthony Julius Naro	Mecanismos funcionais do uso da língua. <i>DELTA</i> , v.5, n.2, p. 169-184, 1989.
Milton do Nascimento	Teoria gramatical e “Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma”. <i>DELTA</i> , v.6, n.1, p. 83-98, 1990.
Anthony Julius Naro Sebastião Votre	Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. <i>DELTA</i> , v.8, n.2, p. 286-290, 1992.

Esse debate será analisado pelo ‘quadro sócio-retórico’ tal como definido na introdução, considerando, neste primeiro momento, elementos de natureza social que circunscrevem as ‘retóricas’ assumidas pelos linguistas na discussão. Entre esses elementos estão o contexto histórico-social, o público receptor e os modos de divulgação e veiculação das ‘retóricas’.

1.1 Quem fala sobre a língua no debate?

O debate em *DELTA* colocou em linha de oposição dois 'grupos de especialidade': o da Gramática Funcionalista e o da Gramática Gerativa.

1.1.1 A Gramática Gerativa na linguística brasileira: breve contextualização

As ideias de Chomsky começaram a chegar ao Brasil, desde o final da década de 1960, por conta da leitura de obras publicadas em outros países, pela participação de pesquisadores estrangeiros na formação de programas de pós-graduação e pelo envolvimento de jovens estudantes ou professores que tinham sido enviados para o exterior. A participação de linguistas que haviam se diplomado em cursos de pós-graduação fora do Brasil foi importante, pois, ao lado dos professores estrangeiros, esses pesquisadores passaram a ser os principais impulsionadores de um novo grupo, que, nas décadas de 1970 e 1980, imprimiram no cenário nacional uma 'retórica' de ruptura que estabeleceu processos de transformação na comunidade de linguistas brasileiros. Eles advogaram a mudança em relação a formas de pesquisa anteriormente estabelecidas, e essas mudanças eram reivindicadas por conta dos novos referenciais teóricos adotados (em torno das propostas chomskianas e de revisões dessas propostas), dos fenômenos de língua que eram propostos como objeto de análise (a sintaxe era vista como o componente em que se sustentava a 'retórica' de ruptura) e também por meio das formas de argumentação, baseadas no método dedutivo em busca de hipóteses generalizantes.

Esses 'agentes' de produção e divulgação da Gramática Gerativa no Brasil concentraram-se, em sua maioria, nas universidades públicas do sudeste brasileiro e nas universidades católicas de São Paulo e Campinas (PUC-SP e PUC-Campinas). Eles deram destaque, por meio da recepção e aplicação de teorias, a fenômenos da língua portuguesa que estavam concentrados sobretudo na análise de particularidades sintáticas da língua, exatamente aquelas que não haviam tido solução adequada, na visão dos gerativistas, em outras perspectivas de análise. Esses problemas selecionados pelos 'agentes' reforçaram a 'retórica' de ruptura do grupo ao propor novos métodos baseados em uma outra concepção de entender a estrutura linguística, com dois níveis de representação, um deles de caráter abstrato. Ao focar pontos como esses, as propostas mentalistas da teoria mostraram-se também como o elemento que seria o ponto central da articulação de um 'grupo de especialidade' que se reconhecia como diverso de outros grupos porque partia de pressupostos teórico-metodológicos que colocavam

a linguística nacional em outra esfera de influência e com novos referenciais teóricos que impunham outras tarefas de análise (cf. BATISTA, 2010).

1.1.2 A Gramática Funcional na linguística brasileira: breve contextualização

Um ‘grupo de especialidade’ em torno da Gramática Funcional no Brasil começou a se delinear a partir de esferas de influência que se situavam principalmente nos países de língua inglesa (Estados Unidos e Inglaterra) propositores de teorias funcionalistas. Essa influência se fez notar nos grupos que reivindicaram para si o estatuto de linguistas funcionalistas, mas é preciso lembrar a presença de uma linguística funcional francesa também, pela recepção de obras de André Martinet e Bernard Pottier, por exemplo.

Na revisão da área feita por Neves (1999, p. 70): “os estudos funcionalistas têm tido grande incremento no Brasil, nos últimos anos, particularmente nos 90. Os pólos de interesse estão localizados especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Neves destaca o pioneirismo, para a Gramática Funcional no Brasil, de Evanildo Bechara, Rafael Hoyos-Andrade e Rodolfo Ilari, ainda antes da constituição, próxima da atual, de um grupo de funcionalistas. Também aponta Ataliba Teixeira de Castilho nas bases iniciais de um grupo que se distingue pela “multiplicidade de orientações que caracteriza a visão funcionalista da linguagem [que] se reflete no cenário brasileiro, onde múltiplos são os interesses dos que se auto-intitulam funcionalistas” (NEVES, 1999, p. 75). Entre os temas privilegiados, em diferentes orientações teórico-metodológicas, estão a variação, a relação discurso e gramática, a gramática do português brasileiro falado, processos de gramaticalização, estudos sobre classes de palavras.

Esse grupo se vinculou, em termos gerais, pelo menos em seu início de institucionalização, a uma formação acadêmica ou atuação profissional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (cf. BATISTA, 2012). É o próprio Naro, autor dos textos do grupo funcionalista no debate, quem faz essa circunscrição social e institucional, como apontamos a seguir, destacando a presença de sua voz como representante do ‘grupo de especialidade’, fato evidenciado não só pela sua participação no debate, mas também pela imagem simbólica de um dos principais pesquisadores da área¹². Exatamente por esse último aspecto

¹² “Pesquisador de grande experiência no grupo é Anthony Julius Naro, que tem apresentado em congressos trabalhos sobre o modelo funcionalista e sobre a natureza funcional da variação. Na linha funcionalista de Givón, Naro publicou vários trabalhos em colaboração com Sebastião Votre.” (NEVES, 1999, p. 78)

é que ele foi convidado a escrever o prefácio, em que faz a contextualização do grupo de funcionalistas na linguística nacional, de um livro de introdução à Gramática Funcional mais de dez anos depois de sua destacada defesa do programa funcionalista de investigação de fatos gramaticais do português.

Ao final da década de 1970 surgiu no Rio de Janeiro uma nova corrente de pesquisa linguística orientada sobretudo para o estudo do uso da língua em situações diversas no mundo real. No início, as pesquisas concentravam-se principalmente na área de sociolinguística e variação, com um certo direcionamento para questões relacionadas aos reflexos da diacronia na sincronia. [...] Já na década seguinte, o espectro de estudo ampliou-se com a inclusão da orientação teórica funcionalista norte-americana e, mais tarde, com um interesse especial para o fenômeno da gramaticalização. (NARO, 2003, p. 9)

1.2 Uma circunscrição histórico-social da 'retórica' dos linguistas

Os embates estabelecidos pelo debate forma vs. função delimitaram dimensões de atuação em ensino e pesquisa e conferiram capitais de valoração intelectual e científica. Tal aspecto nos revela que estamos diante de uma formação discursiva privilegiada e exclusivista, pois o modo de funcionamento da linguagem define: a) a caracterização intelectual dos textos; tanto na qualificação do saber veiculado por um artigo de pesquisa lido e aprovado por pares, quanto na especificação desses textos em uma seção de debate, na qual posicionamentos argumentativos entram em destaque; b) o leitor pretendido e delineado na articulação textual dos artigos, pois se fala de um lugar de linguistas (lugar de qualidade, conferindo tom de autoridade científica às 'retóricas' adotadas) para linguistas (outro lugar de qualidade, ressaltando um *ethos* do leitor capaz de tomar sua posição diante do embate de ideias); c) o teor adotado nas argumentações, legitimando o espaço linguístico de veiculação das ideias como válido, pois debates travados por pesquisadores reconhecidos em suas áreas, que geraram réplica e tréplica e que tiveram repercussão na história da linguística brasileira.

Maria Helena de Moura Neves, um dos nomes representativos da Gramática Funcional no Brasil, ao elaborar uma história dos estudos funcionalistas na pesquisa brasileira, refere-se ao embate de ideias entre Naro, Votre e Nascimento, destacando o tom do debate adotado pelos funcionalistas, que advogaram, via 'retórica' de ruptura, pela "superioridade" do programa que defendiam:

No seio do PEUL nasceu uma polêmica que envolveu esses dois funcionalistas e dois formalistas, e que se iniciou com um artigo na revista *D.E.L.T.A.* no qual se considerava a perspectiva funcionalista preferível à formalista (Votre e Naro, 1989). Esse texto teve como resposta um artigo que considerava que a comparação efetuada era desaprovada de sentido, já que as duas correntes têm diferente objeto de estudo, e, a partir daí, têm diferentes pressupostos, objetivos e metodologia (Nascimento, 1990). [...] E a mesma dupla de funcionalistas que iniciara a polêmica, conclui, afinal, pelas seguintes afirmações: funcionalismo e formalismo parecem tratar os mesmos fenômenos, mas têm objetos de estudo distintos, embora não totalmente independentes; as duas escolas utilizam diferentes critérios para análise e generalização; elas também diferem quanto à relação causal entre função e forma, isto é, quanto à visão da própria gramática (Naro e Votre, 1992). E, afinal, eles mantêm a defesa da ‘superioridade da posição funcionalista’ [...]. (NEVES, 1999, p. 78)

Outra repercussão do debate se deve a Mike Dillinger, que escreveu na *DELTA*, em 1991, antes da tréplica dos funcionalistas. Em seu texto reviu o debate em bases mais amplas, destacando o quanto o embate teria sido “interessante” por suscitar reflexões de outra natureza e aproximando a discussão iniciada por Votre, Naro e Nascimento de uma reflexão no âmbito da epistemologia e de uma filosofia da linguística. Em linha de pensamento que expõe o que considera como fragilidades e crises teóricas da linguística, Dillinger procurou compreender o que estaria na essência desse debate forma *vs.* função, orientando sua tese para a pluralidade teórica como um dos elementos que, na ausência de uma teoria global, provocaria mais alarde do que resultados efetivos: “por que, então, na linguística ainda há essas discussões – que geram mais calor que luz – e em outros campos não ocorrem?” (DILLINGER, 1991, p. 403). Em outra chave de solução e com outro propósito, que não exatamente o de Nascimento (1990), Dillinger (1991, p. 406) adota uma ‘retórica’ de conciliação, representada pela revisão epistemológica que fez da discussão: “deixamos para os colegas o desafio de demonstrar como seu marco teórico predileto prevê o estudo de cada fenômeno linguístico e suas relações com todos os outros. Em vez de dividir e separar os linguistas de visões diferentes é mister uni-los e integrá-los para uma maior compreensão da linguagem”.

Outra repercussão foi a do sociolinguista Roberto Camacho (1994, p. 22-23), dois anos após o debate ter se encerrado, em texto escrito em 1994 sobre delimitação de fronteiras na escolha do objeto de análise. Ele fez referência

aos textos da *DELTA*, oferecendo uma visão do 'clima de opinião'¹³ presente na linguística dos anos 1990:

Recentemente, uma polêmica que envolveu no Brasil representantes típicos das duas correntes, o funcionalismo e o gerativismo, atualmente em competição aqui e no exterior, pode servir de caso exemplar da disputa pela hegemonia paradigmática. A polêmica iniciou-se com um artigo de Votre & Naro (1989), em que consideram duas hipóteses fundamentais: a de que a forma lingüística deriva de seu uso no processo real de comunicação e a de que a estrutura gramatical é dependente das regularidades das situações de fala, constituindo, então, objeto probabilístico, ambas opostas ao formalismo representado pela gramática gerativa. A réplica veio de um gerativista. Nascimento (1990) desenvolveu, como linha essencial da resposta, o argumento de que Votre & Naro apresentaram gerativismo e funcionalismo como abordagens comparáveis e, por isso, como alternativas para o tratamento do mesmo objeto. E, para Nascimento, não o são de fato, porque os dois enfoques definem diferentes objetos de estudo, na medida em que abordam diferentes aspectos do complexo fenômeno da linguagem. [...]

A situação generalizada que se pode deduzir desse debate é que há uma competição entre os dois paradigmas, e essa polêmica é apenas o reflexo, no Brasil, do que acontece hoje nos Estados Unidos, em que há revistas especializadas no enfoque funcionalista e no formalista. Votre & Naro, baseados em uma distinção incomensurável entre gerativismo e funcionalismo, consideraram-nos enfoques não apenas diferentes, mas mesmo excludentes, e, além disso, conferiram a primazia de um sobre o outro. Nascimento rejeita a distinção, recusando a necessidade de escolha entre os dois enfoques por basear-se no fato de que estudam objetos diferentes. [...]

Essas repercussões possibilitam reconstruir historicamente a figura do leitor desse embate de ideias; o terceiro ponto de uma configuração que não pode ser descartado de uma análise sobre o efeito da 'retórica' dos linguistas pela defesa de suas ideias. Esse leitor era fundamentalmente um linguista também (os artigos foram publicados num periódico especializado em pesquisa linguística), ou seja, posicionamentos foram defendidos tendo como meta a adesão de outros linguistas para cada um dos lados dessa oposição epistemológica e metodológica criada nos discursos que circularam naquele espaço da revista. Esse destinatário, o leitor, conduziu, de certo modo (como o alvo a ser atingido),

¹³ Entende-se por 'clima de opinião' o contexto histórico, social e ideológico em que ideias sobre a linguagem, em formatos diversos, emergiram, se desenvolveram e tiveram repercussão.

os modos de dizer desses linguistas em franca ruptura com sistemas de ideias opostas, pois ou se convenciam o leitor, o colega de pesquisa linguística, de que o funcionalismo era o caminho adequado, ou o leitor se convenceria de que havia equívocos no posicionamento inicial do primeiro texto dos funcionalistas. Pela natureza do leitor como um linguista, eventualmente um aluno de linguística (mas o tom adotado nos textos não coloca essa figura como o destinatário preferencial), pode-se argumentar que a função dos textos do debate não era exatamente mudar o ponto de vista de algum colega cientista, mas fortalecer adesões a ‘programas de investigação’, validando, assim, a constituição de ‘grupos de especialidade’.

A oposição aqui analisada se dava pela configuração de ideias que pertenciam a camadas teóricas específicas (conceituações de língua e procedimentos de análise de fenômenos linguísticos), a camadas materiais específicas (em virtude dos modos de seleção e tratamento do objeto de análise) e a camadas contextuais específicas (a percepção que linguistas tinham de si mesmos em um recorte histórico-social específico)¹⁴.

O debate forma *vs.* função na história da linguística brasileira pode ser caracterizado como um embate entre dois ‘programas de investigação’ que colocaram em linha direta de contraste e oposição ‘grupos de especialidade’ que se reconheciam como distintos em sua visão de língua e procedimentos de análise e também como pertencentes a distintas comunidades de interlocução¹⁵.

Na próxima seção, as ‘retóricas’ de ruptura serão analisadas em sua dimensão linguística, com destaque para o *ethos* e o tom discursivo, as estratégias de argumentação e a estrutura textual.

2. A ‘retórica’ dos linguistas e as imagens simbólicas da ruptura

2.1 O tom de ruptura: o texto de *Votre & Naro em 1989*

O início do debate foi estabelecido pelo tom de confronto e ruptura assumidos por *Votre & Naro*, que organizaram sua argumentação a partir da recusa de uma abordagem formalista, em especial a descontinuidade com uma sintaxe

¹⁴ Cf. Swiggers (2004, 2006) sobre o conceito de ‘camadas’, tradução aqui adotada para os termos que o autor utiliza em inglês e espanhol: *layer* e *capa*, respectivamente.

¹⁵ Em sua análise historiográfica da linguística brasileira, Altman (1998) aponta como a tensão entre formalismo e funcionalismo esteve presente na produção divulgada em periódicos da área até o final da década de 1980, período que coincide com o da produção e difusão das ideias manifestadas em nosso *corpus*.

gerativa. Representando o programa da Gramática Gerativa, no lado a ser atacado pela 'retórica' de ruptura, estava um trabalho de Milton do Nascimento sobre a ordem sintática do português.

O resumo do artigo, em inglês, advogava a favor da ruptura, pelo lugar de argumentação (crença que atua como princípio geral para justificação de raciocínios) da quantidade, no qual prevaleceu o valor persuasivo das quantificações, dos benefícios e das perdas, pois a abordagem funcionalista da qual tratavam os autores, na visão deles, era, no final da década de 1980, cada vez mais presente nos estudos linguísticos: *“approach wich is ever more present in linguistics nowadays”* (VOTRE & NARO, 1989, p. 169)¹⁶. Ainda no resumo, os funcionalistas assumiram de modo claro 'retórica' de ruptura: *“we cannot avoid using a critical tone towards the formalist position”* (VOTRE & NARO, 1989, p. 169).

Esse enfrentamento se colocava no discurso como inevitável. Os itens lexicais e a construção sintático-semântica do trecho citado acima nos evidenciam o pressuposto de que a posição de descontinuidade seria a única possível, ressaltando o lugar da qualidade adotado como eixo de argumentação, pois a 'retórica' colocava para si o espaço discursivo privilegiado da avaliação, fazendo, ela mesma, em estratégia comparativa, o julgamento positivo do discurso que adotava, ao mesmo tempo em que desvalorizava qualquer outra voz científica que não assumisse os mesmos valores veiculados em sua 'retórica' de ruptura.

Dando força ao tom que criticava o outro, para acabar valorizando a posição assumida nesse primeiro ato do debate, Votre & Naro (1989, p. 170) assim se posicionaram: *“temos uma perspectiva específica com respeito às generalizações estruturais, cada vez mais abrangentes, da gramática formal. Se essas generalizações forem verdadeiras ainda assim elas não passam de meros fatos, reunidos sob a forma de esquemas”*. Uma expressão como “perspectiva específica” reforça o espaço do debate como dimensão de confronto e ruptura entre o tratamento formal e o funcional para fenômenos linguísticos. Essa negação em atribuir valores positivos ao programa gerativista pode ser evidenciada em afirmações como: *“para nós um princípio como o da 'subjacência', se verdadeiro, longe de ser uma explicação, precisa ser explicado”* (VOTRE & NARO, 1989, p. 170).

¹⁶ Os trechos do *corpus* sob análise serão citados em itálico e sem a separação usual em outro parágrafo. Tal escolha se dá porque entendemos ser importante distinguir um trecho em citação direta (que apoia determinada argumentação realizada pelo autor deste artigo) dos trechos do material de análise.

Na ‘retórica’, a elaboração de uma imagem simbólica negativa para os gerativistas: a) os autores, à moda de um desafio, colocaram em jogo um lugar legitimado como o de uma pesquisa científica adequada, pois desconfiavam dos princípios teóricos da Gramática Gerativa, seus resultados e alcances; b) ao colocarem sob o crivo da avaliação negativa os métodos do que Votre & Naro entendiam como “gramática formalista”, a qualidade e o resultado de uma abordagem formalista foram desacreditados, pois uma sutil referência à tendência de formulações matemáticas para regras e de uso de representações arbóreas, por exemplo, foi considerada como “esquemas”, em um ponto de vista que não deixava de qualificar negativamente um conjunto de procedimentos do programa da Gramática Gerativa.

Um contraste entre o ideal e o possível, em termos de elaboração teórica, na opinião de Votre & Naro (1989, p. 170), invalidava a proposta gerativista: *“o conceito de estrutura no abstrato, considerada independentemente das suas fontes geradoras – e entre elas a comunicação – é uma espécie de ilusão de ótica criada pelo próprio linguista ao observar as regularidades, sem observar suas causas”* (destaque no original).

Votre & Naro fizeram uso do argumento de autoridade, que se colocava pelo valor dos antecedentes históricos (argumento favorável partindo do lugar da ordem) e pelo valor da pessoa (de uma figura que assume, diante de seu posicionamento no panorama institucional e intelectual, lugar de destaque). Ressalte-se o uso do item “diferentes”, a fazer eco ao lugar da quantidade já adotado como argumento para a presença dos estudos funcionalistas, em oposição a novas abordagens formalistas, como a da gramática gerativa: *“nossa posição pode ser rastreada na linguística recente em diferentes estudiosos de diferentes tendências, a exemplo de Bolinger, 1975, e de representantes da Escola de Praga a partir dos anos 30”* (VOTRE & NARO, 1989, p. 171).

A utilização do argumento de autoridade conferia à ‘retórica’ dos funcionalistas o ideal de filiação a uma tradição de estudos, destacando o pertencimento a um programa de investigação que ancorava raízes na historicamente validada e reconhecida Escola de Praga. Os autores estavam como a dizer a seus leitores: como poderíamos estar equivocados se estamos em diálogo com linguistas como Vilém Mathesius (1882-1945), que na década de 1920 lançou as bases do que seria uma linguística funcional?

A ‘retórica’ de ruptura se delineou de modo mais incisivo pelo apelo à noção de quantidade (uso de expressões, por exemplo, como “número expressivo” reforça a argumentação em torno do lugar da quantidade), tanto pelo

lado positivo (para a abordagem funcionalista) como pelo lado negativo (para a abordagem gerativista), pois esta estaria sendo cada vez mais abandonada pelos pesquisadores.

Em uma estratégia argumentativa que apelava não para argumentos de natureza teórico-metodológica, mas para o modo como eles percebiam a linguística de sua época, os autores falaram até em “frustração” e “fracasso”, diante da ausência de resultados concretos, na perspectiva de ruptura adotada pelos funcionalistas: *“entre os motivos mais imediatos que têm levado um número expressivo de linguistas a trabalharem nessa linha, podemos citar a frustração criada pelo fracasso da gramática gerativa, com suas sucessivas versões, cada vez mais complexas e cada vez menos capazes de lidar com dados reais. Os formalistas continuam, ainda hoje (1988), a produzir tanto a teoria como os dados, que dizem justificar essa teoria. Entretanto, é fácil perceber que os dados são estranhos, soam obtusos, quase impossíveis de acontecer em qualquer contexto real”* (VOTRE & NARO, 1989, p. 172, destaque no original); *“temos, por outro lado, uma razão de natureza positiva para o crescimento da abordagem funcional em Linguística, motivada por evidências do acerto de propostas de cunho discursivo”* (VOTRE & NARO, 1989, p. 173).

O artigo dos funcionalistas apresentava elementos linguísticos que evidenciavam o projeto de descontinuidade (ao mesmo tempo em que estabeleciam eixo de continuidade histórica com autores, teorias e programas que lhe eram afins), conferindo espaço privilegiado à abordagem funcionalista, vista como espécie de solução contemporânea (o emprego de um marcador argumentativo, destacado graficamente, como “ainda hoje” não deixava esse posicionamento implícito) para uma linguística que se pretendia mais explicativa, atacando um dos princípios nucleares da Gramática Gerativa, que sempre se colocou como uma teoria que se construiu em torno do ideal explicativo.

Na elaboração da ‘retórica’, os funcionalistas se deixaram levar pelo ânimo de combate, pois deixaram de considerar elementos epistemológicos que poderiam contradizer o tom adotado: qual ciência ou qual programa não passa por revisão?; a percepção do objeto a ser analisado não está relacionado à perspectiva teórica adotada? Enfim, de alguma maneira uma visão epistemológica do posicionamento assumido por Votré & Naro tem de considerar que faltou aos funcionalistas um cuidado na visão de ciência que elaboraram, pois não houve distinção clara entre objeto observacional e objeto teórico (cf. BORGES Neto, 2004), assim como não houve a consideração de que no interior mesmo do programa funcionalista haveria abordagens que de alguma maneira poderiam

ser consideradas como formalistas¹⁷. A ‘retórica’ assumiu, intencionalmente ou não, uma perspectiva maniqueísta, ao considerar formalismo o ideal a ser combatido com todas as forças, sem qualquer relação possível com funcionalismo.

Nas palavras dos funcionalistas, mais uma vez, a dimensão opositiva, em questionamento de valor retórico, fundamentado na negação da validade da pesquisa gerativista com mesmo tema: “*qual abordagem está mais de acordo com os fatos – a funcionalista, que não precisa da noção de estrutura sintática, ou a abstrata, que depende criticamente desse construto teórico. Notemos em primeiro lugar que a explicação gerativista é factualmente incorreta, na medida em que postula total incompatibilidade entre verbos transitivos e VS [...]*” (VOTRE & NARO, 1989, p. 177). Esse confronto se referia ao trabalho do gerativista Milton do Nascimento, que será a segunda voz nesse embate polifônico, permeado tanto pelas vozes dos formalistas a combater, como pelos funcionalistas a que se deve estar afiliado.

O que concluía o artigo de Votre & Naro era uma afirmação um tanto enigmática, mas que não escondia sua ruptura com o programa gerativista, que em muitas de suas formulações se concentrou exclusivamente no nível sintático de descrição linguística: “*para nós, a gramática de VS em português ainda está no estágio do caminho trilhado, isto é, ainda não está cimentada. Sugerimos que faz sentido falar em sintaxe apenas quando a língua, ou determinada construção, chega a um estado congelado*” (VOTRE & NARO, 1989, p. 183).

2.2 O tom de conciliação teórica: a resposta de Nascimento em 1990

A reação de Nascimento (1990) se deu em tom conciliador, que construía o *ethos* do cientista que pregava o diálogo em meio a pluralidades teóricas e diferentes procedimentos metodológicos.

Podem-se apontar duas características de destaque na construção textual que revelava o teor argumentativo: a) uso da 1.ª pessoa do singular em enunciados performativos, com verbos que denotavam o posicionamento de Nascimento diante do texto de 1989, ao qual reage: “acredito”, “creio”, “propus-me” (NASCIMENTO, 1990, p. 83, 85, 92); b) estruturas sintático-semânticas que denotavam posicionamento de conciliação, reforçando o tom que ressaltava a

¹⁷ “[...] embora em Dik estejam presentes traços do gerativismo (semântica gerativa). No próprio Chomsky, [...] estariam alguns elementos da perspectiva funcional da frase, como, por exemplo, as noções de tópico/comentário (ou tema/rema), e, especialmente, na semântica gerativa de McCawley, e na gramática de casos de Fillmore, podem ver-se, dentro de um paradigma formalista, tentativas de questionamento de proposições básicas da teoria, sob um ângulo semântico-funcionalista.” (NEVES, 1997, p. 40)

imagem de um cientista que se colocava de modo positivo diante da pluralidade teórica: “nos oferecem uma boa oportunidade”, “implementar um diálogo construtivo”, “troca de ideias”, “discussão acadêmica rentável”, “diálogo entre pesquisadores” (NASCIMENTO, 1990, p. 83, 86).

Essas duas características se fizeram presentes ao lado de estratégias de cortesia, mais uma vez o resultado era o reforço da imagem de um cientista que procurava, antes de mais nada, a conciliação. Mesmo quando se posicionou em termos de ruptura, Nascimento se valeu de cortesia e da conciliação: “*deveríamos dizer que a pergunta [feita pelos autores do texto de 1989] não tem sentido*” (NASCIMENTO, 1990, p. 86). A ruptura e a contra-argumentação de Nascimento foi construída na base da polidez e na elaboração da imagem simbólica do linguista conciliador: “*Mas estas são todas questões que deixariam de ser colocadas se melhorássemos a circulação de informações entre os dois modelos aqui considerados. E além da vantagem de deixarmos de colocar certas questões de menor importância, teríamos uma outra: a de nos colocarmos questões mais interessantes a partir dos resultados dos dois projetos considerados em sua especificidade*” (NASCIMENTO, 1990, p. 96). A ‘retórica’ de Nascimento também o traiu, de certa maneira, porque ele de fato não indicou explicitamente quais seriam essas questões ou como elas poderiam ser resolvidas, deixando lacunas em sua argumentação.

Em ruptura sem a carga lexical comum a descontinuidades e conflitos, Nascimento, mesmo diante de seu esforço de construção da imagem da conciliação, em alguns momentos marcou sua oposição em relação às ideias de Votre & Naro de 1989: a) ora fazendo apelo ao leitor, pois colocava a responsabilidade da avaliação na mão do destinatário de seu discurso: “*utilizo-me delas [de afirmações de Sírio Possenti que Nascimento utiliza para sustentar seu posicionamento a respeito da pluralidade de pontos de vista] para convidar os leitores a repensar a tese de que a ‘abordagem funcionalista’ se contrapõe à ‘abordagem formalista’, constituindo-se como uma alternativa para a adoção do projeto da gramática gerativa, tese defendida pelo texto de V&N*” (NASCIMENTO, 1990, p. 87); b) ora desvalorizando o objetivo do texto de 1989: “*Na verdade, V&N pretendem comparar os dois quadros teóricos – o da abordagem funcionalista com o da gerativista – com o objetivo de justificar uma opção pelo primeiro. Mas, há motivos para repensarmos esta colocação*” (NASCIMENTO, 1990, p. 87); c) ora desvalorizando o teor intelectual do texto de 1989, enviesado em sua opinião, como se depreende de suas palavras, arrematadas pela força argumentativa do marcador de argumentação “portanto”, dando um aspecto de veracidade inegável ao ponto de vista que assumia pela ruptura com Votre &

Naro: “Primeiramente, creio que, com essa linha de raciocínio, o texto de V&N pode levar o leitor menos atento a pensar que as duas abordagens são comparáveis, apresentando-se como alternativas para o tratamento de um mesmo fenômeno, de um mesmo objeto. E não o são. [...] A questão de se saber qual dos dois é melhor, portanto, não se coloca” (NASCIMENTO, 1990, p. 88).

Nascimento se colocou no debate que então se estabelecia de uma maneira questionável do ponto de vista epistemológico, pois sua defesa de que se estaria diante de programas com objetos diferentes, portanto incomparáveis e incomensuráveis, pode ser questionada, diante da ausência de uma reflexão sobre a distinção entre objeto observacional e objeto teórico (como também se pode apontar para o posicionamento dos funcionalistas no debate). A questão que faltou ser colocada com mais cuidado, e que acaba por fragilizar o posicionamento de Nascimento (1990), é a de que estaríamos diante de um mesmo objeto observacional (a língua), mas diante de objetos teóricos distintos (ora forma, ora função). Do que foi dito ao leitor, não se pode depreender essa importante diferença entre o que se considerava como objeto na reação do gerativista.

Outra estratégia argumentativa de Nascimento reforçava o ideal de cientificidade e contribuía para desqualificar o posicionamento de Votre & Naro em 1989: o uso de argumento de autoridade (como também haviam feito os funcionalistas), construído pela citação de textos de N. Chomsky, A. Redford., C. Franchi – autores reconhecidos por aqueles que se enquadravam em ‘grupos de especialidade’ que tratavam privilegiadamente da sintaxe. Ao utilizar a voz do outro, construindo uma rede enunciativa, Nascimento ancorou seu posicionamento em uma dimensão que o afastava de um ponto de vista individualizado e o colocava em diálogo com outros linguistas que validavam seu posicionamento, que, não se pode esquecer, defendia a abordagem do programa gerativista, mesmo que insistisse na produtividade do diálogo entre programas diferentes. A argumentação de Nascimento utilizou também longas referências a textos de Chomsky, referendando os posicionamentos a favor de seu ‘programa de investigação’.

Foi nas entrelinhas, nos implícitos dos dizeres, que o posicionamento negado em Nascimento se fez presente: “É importante ter isto em mente, pois, o diálogo entre pesquisadores que trabalham com quadros referenciais diferenciados torna-se praticamente impossível se não explicitarmos, de antemão, a natureza dos objetos estudados; os pontos de vista sob os quais eles são pesquisados; as definições das noções básicas [...]” (NASCIMENTO, 1990, p. 86). Por detrás dessa superfície lexical e sintático-semântica, o texto nos dizia mais: a) o apelo ao *pathos* do leitor, a quem se pede clareza e discernimento

para compreender o que se considerava científico; b) o reforço da validade de uma argumentação construída em método e procedimentos científicos; c) um *ethos* calcado na imagem simbólica do cientista, ou seja, quem fala, na verdade, é um ideal de ciência, e não um posicionamento subjetivo que reclamava por espaço institucional; d) por fim, o pressuposto de que todos esses aspectos não estavam presentes na 'retórica' de Votre & Naro, considerados, então, falhos em sua argumentação.

A 'retórica' de Nascimento, em sua essência, constituiu-se como reação à 'retórica' de ruptura adotada por Votre & Naro em 1989. Temos, assim, um agente que reage a um ataque, iniciando o debate que fez história na linguística brasileira: o título do texto indiciava ao leitor essa reação, ao citar o outro título de Votre & Naro. O caráter conciliador adotado na reação de Nascimento imprimiu a seu texto uma imagem simbólica de ciência plural que compreendia debates e divergências teóricas.

Em um distanciamento bem calculado, a 'retórica' de Nascimento ganhou ares de superioridade, pois centrada no *ethos* do cientista consciente de um campo aberto a diálogos e confluências, ainda que, em perspectiva epistemológica, muito vago na definição que adotou de objeto de pesquisa, que na realidade sustentava seu posicionamento.

2.3 O tom de ruptura reafirmado: a tréplica de Naro & Votre em 1992

Naro & Votre (dessa vez com autoria invertida: lugar de autoridade assumido por Naro tendo em vista sua representatividade na linguística brasileira?) delinearão a 'retórica' de sua tréplica, e conseqüentemente seu posicionamento diante do debate (que se encerrou pela publicação desse texto), pela contextualização da circulação dos textos: “*os pontos de vista que expressamos em nosso artigo [de 1989] [...] deram origem a uma discussão em números seguintes [...] a respeito da validade de algumas afirmativas que fizemos*” (1992, p. 285).

Na resposta ao texto de Nascimento (1990), havia traços de uma 'retórica' que desconfiava da atitude de conciliação adotada por Nascimento: “*de qualquer modo, a atitude predominante [...] é extremamente conciliatória, com a tendência a valorizar as presumíveis contribuições de cada uma das linhas de investigação*” (NARO & VOTRE, 1992, p. 285). Na manifestação de Naro & Votre, elementos linguísticos que denotavam, mais uma vez, a caracterização negativa do posicionamento assumido pelo gerativista em 1990: expressões como “*extremamente conciliatória*”, “*valorizar as presumíveis contribuições*”.

Reassumindo posição de ruptura com a possibilidade do diálogo científico entre programas divergentes, Naro & Votre (1992, p. 285) claramente se ma-

nifestaram: *“a nossa atitude era de confronto”*. A tréplica não se caracterizou apenas como resposta ao texto de Nascimento (1990), mas como discurso que novamente colocava a ruptura entre os pontos de vista: *“as aparências, entretanto, não são confiáveis, já que cada abordagem tem sua visão própria dos mesmos fenômenos. Para o funcionalista todos os mecanismos que têm a mesma função devem ser reunidos e analisados sob o mesmo prisma; já para o formalista o critério é estritamente formal [...]”* (NARO & VOTRE, 1990, p. 286).

Em diferentes trechos da argumentação de Naro & Votre (1992), o confronto entre os programas indicava a desvalorização da argumentação de Nascimento (1990) e se dava pelo realce do que Naro & Votre (1992, p. 287) consideraram como “confusões”: *“com o intuito de esclarecer algumas confusões já presentes no debate publicado queremos enfatizar, primeiro, que funcionalistas não estudam ‘os processos utilizados pelos falantes na construção do discurso’ [citação dos autores ao texto de Nascimento]”*. A marca gráfica incidia sobre o leitor como elemento enfático de uma ‘retórica’ que não só era de descontinuidade, como também de ausência de possível conciliação.

Em outros trechos do texto, ruptura e não legitimação na tréplica de Naro & Votre (1992), dessa vez em relação ao argumento de autoridade que sustentava a construção discursiva de Nascimento (1990), a tal ponto que a ‘retórica’ (com uso de terminologia que aproximava os funcionalistas de uma sociolinguística laboviana) deixou de negar não apenas a validade da postura conciliadora do gerativista, mas todo o programa estabelecido por Chomsky nas décadas de 1950 e 1960: *“a hipótese central, em confronto direto com a orientação chomskyana [...], é a de que a forma é a variável dependente, e as funções são as variáveis independentes. [...] queremos enfatizar também que não concordamos com a aproximação que Nascimento faz [...] entre nosso ponto de vista a respeito da natureza probabilística e indeterminística do uso da língua e a posição anti-behaviorista que Chomsky chama de ‘creative aspect of language use’ e atribui a Descartes”*; *“nós estamos muito mais cépticos a esse respeito, especialmente tendo em vista o nível pouco esclarecedor do gerativismo atual e levando em conta a imensa quantidade de recursos intelectuais e materiais gastos nas pesquisas gerativas durante os mais de trinta anos decorridos desde 1957”* (NARO & VOTRE, 1992, p. 287; 289).

Nesse último trecho citado, os funcionalistas criticaram o programa gerativista, ancorando-se em aspectos sociais e institucionais da ciência e da validade de suas práticas. Retomando pensamento de Bourdieu (1994), para quem a ciência é troca de valores, a ruptura com a postura científica adotada

pelos gerativistas, representados no debate pela postura de Nascimento (1990), encontrava-se em uma 'retórica' que trazia à discussão o investimento financeiro em pesquisas que, segundo Naro & Votre, se perdiam em suas propostas e não geravam conhecimento válido. Mais uma vez, os funcionalistas se afastavam de uma argumentação teórico-metodológica e apelavam para a desvalorização social de um programa que de fato viam como opositor. Estava descartada qualquer possibilidade de ato polido por meio da linguagem, pois o emprego de expressões como "pouco esclarecedor", "imensa quantidade de recursos intelectuais e materiais gastos" nos colocam diante de um questionamento do programa e da formação de pesquisadores no domínio teórico da Gramática Gerativa. A estratégia argumentativa era a de ver com desconfiança o lugar de qualidade que o opositor ocupava.

O apelo ao leitor, como fez Nascimento (1990) em mesma estratégia, encerrou a 'retórica' de Naro & Votre (1992: 289): "*a título de ilustração, convidamos o leitor a considerar as duas análises de VS em português e daí tirar suas próprias conclusões*".

Nessa perspectiva de combate entre diferentes vozes históricas e discursivas, gerativismo e funcionalismo estavam em dimensões contrárias em todos os sentidos, inclusive naquelas que orientavam diretrizes da condução social e institucional das pesquisas.

Conclusão

O 'quadro sócio-retórico' de análise em *Historiografia da Linguística* considera que a produção e a circulação de ideias na prática científica podem ser compreendidas por meio da observação de eixos que definem continuidades e descontinuidades. Esses eixos compreenderiam os seguintes processos¹⁸: a) em um primeiro momento, o cientista, consciente de uma tradição científica (quando este de fato existir) para tratamento de um problema, constata que essa tradição não é mais capaz de soluções adequadas; dúvidas se instauram sobre a tradição poder resolver ou não esse problema; b) esse cientista elabora, então, a proposição de um novo modelo, que contém, em sua criação, a descontinuidade com a tradição, reconhecida, mas negada: um problema é identificado e requer investigação; c) o cientista, em consequência, elabora discursos comparativos em que testa o alcance de seu modelo e estabelece uma prática de pesquisa que se opõe a outras práticas.

¹⁸ A definição desses eixos é feita, em outra perspectiva de análise, por Dutra (2008).

Nesse último processo, situa-se a ‘retórica’ de ruptura, que ressalta qualidades para resolução de problemas de um determinado ‘programa de investigação’. Toda ‘retórica’, portanto, articula-se a dimensões linguísticas (elemento necessário para sua elaboração e difusão), históricas (pertencimento a contextos específicos de circulação das ideias) e institucionais (as vinculações sociais e ideológicas das ideias).

Considerando esses elementos, vimos nesta análise que o tom conciliador de Nascimento (1990) no debate pode ser visto como reflexo, ainda que não estabelecido programaticamente, de um grupo que começava a delinear suas intenções de mesclar pontos de vista e procedimentos metodológicos aparentemente contraditórios. Já o tom de ruptura adotado pelos funcionalistas colocou no ponto central do debate a negação dos referenciais gerativistas e das abordagens formalistas, consideradas como insuficientes para a descrição, análise e explicação linguísticas.

Em uma reflexão que estabelece questionamentos futuros, é possível delinear uma indagação sobre o diálogo desses dois grupos com o campo da sociolinguística, pois, naquele contexto nacional de pesquisa linguística, os funcionalistas estavam articulados com pesquisas sobre variação, e os gerativistas começavam a propor bases para um projeto de configuração ousada exatamente com estudos de variação. No substrato desse debate, estaria uma outra disputa não verbalizada sobre quem ganharia essa queda de braços com o campo da sociolinguística? E mais, nesse debate entre forma e função, estariam presentes também ecos de outro debate travado anos antes, nas páginas da mesma revista, em torno do posicionamento do linguista em meio à pluralidade teórica e à configuração de projetos de investigação entre José Borges Neto e Ana Müller, de um lado, e Fernando Tarallo, de outro? Duas questões que pedem novas histórias a serem contadas.

Estamos, assim, diante de um espaço de embates de ideias e posicionamentos sociais e institucionais que colocam inevitavelmente a ciência e sua prática em uma configuração complexa, pelo que motiva e expõe, entre *discutir* e *convencer*, conferindo, portanto, peso ao lado humano esquecido das investigações científicas.

Referências

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Em busca de uma história a ser contada: a recepção brasileira à Gramática Gerativa. *Revista da Anpoll*, São Paulo, n. 29, v. 1, p. 260-291, 2010.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Manual de Linguística: homonímia ou polissemia na história?* DELTA, São Paulo, v. 28, p. 129-160, 2012.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Retórica de ruptura e descontinuidades nas ciências da linguagem: um estudo pela Historiografia da Linguística. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 119-141, 2015.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A Historiografia da Linguística e a retórica dos linguistas: a força das palavras e seu valor histórico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, dez. 2016.
- BORGES Neto, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAMACHO, Roberto. O papel do contexto social na teoria linguística. *Alfa*, Araraquara, n. 38, p. 19-36, 1994.
- DIK, S.C. Some Principles of Functional Grammar. In: Dirven, R.; Fried, V. (Ed.). *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 81-100.
- DILLINGER, Mike. Forma e Função na linguística. *DELTA*, São Paulo, v.7, n.1, p. 395-407, 1991.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Pragmática da investigação científica*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- MURRAY, Stephen. *Theory groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- NARO, Anthony Julius; VOTRE, Sebastião. Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma. *DELTA*, São Paulo, v.8, n.2, p. 285-290, 1992.
- NASCIMENTO, Milton do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, São Paulo, v.6, n.1, p. 83-98, 1990.
- NARO, Anthony Julius. Prefácio. In: Cunha, M.A.F.; Oliveira, M.R.; Martelotta, M. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Faperj: DP&A Editora, 2003. p. 9-10.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- NEVES, Maria Helena de Moura. Estudos funcionalistas no Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 72-104, 1999.
- ORLANDI, Eni. O funcionalismo e o formalismo na linguística brasileira dos anos 60/80 do século XX. In: Barros, D.L.P.; Fiorin, J.L. (Org.) *A fabricação dos sentidos: estudos em homenagem a Izidoro Blikstein*. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008. p. 141-153.
- RÉBORI, Maria Victoria; PESSOA Jr., Osvaldo. (Org.) *Epistemologia da linguística: problemas e métodos*. Série Lógica e Teoria da Ciência, n. 38. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2001.
- SWIGGERS, Pierre. The history writing of Linguistics: a methodological note. *General Linguistics*, n. 21, v. 1, p. 11-16, 1981.
- SWIGGERS, Pierre. Modelos, Métodos y Problemas en la Historiografía de la Lingüística. In: Zumbado, G.C. et al. (Ed.) *Nuevas Aportaciones a la Historiografía Lingüística, Actas del IC Congreso Internacional de la SEHL*. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-60, 2013.
- VOTRE, Sebastião.; NARO, Anthony Julius. Mecanismos funcionais do uso da língua. *DELTA*, São Paulo, v.5, n.2, p. 169-184, 1989.

Recebido em 24 de novembro de 2016.

Aceito em 9 de fevereiro de 2017.